

A HIPERSOLICITAÇÃO DO PROFESSOR E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO COMPROMETIMENTO DA SAÚDE FÍSICA E PSÍQUICA.

Cristiane C. Brito de Oliveira
UFU
cristiane
briito@hotmail.com

Fernanda Aparecida Oliveira Silva
UFU
feehsilva@hotmail.com

Valéria Moreira Rezende
UFU
valeria.rezende@ufu.br

RESUMO

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre o trabalho docente, o estudo procurou analisar as condições de trabalho de professoras do ensino fundamental, dado o nível de exigência a que são submetidas e as dificuldades e pressões sofridas e em que medida tais fatores são indicadores de sofrimento que interferem nas suas condições de saúde física e psicológica. A pesquisa, de natureza qualitativa, consiste em um estudo exploratório e descritivo que incide sobre a percepção de professoras quanto às condições de trabalho a que se submetem e sua interferência na saúde. O material empírico selecionado é composto por um conjunto de dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com 8 professoras de duas escolas que oferecem o Ensino Fundamental da rede pública municipal do município de Ituiutaba, Minas Gerais. Esta pesquisa caracterizou-se pela análise de potenciais fatores que interferem no trabalho das professoras entrevistadas levando em conta o tempo de exercício na profissão (14 anos em média) e a faixa etária das professoras (38 anos em média). Os estudos realizados nesta pesquisa, em consonância com a análise dos dados coletados, evidenciam a necessidade de pensar significativas mudanças nas relações de trabalho dos professores, que passa pela sua valorização, que implica em melhoria salários, plano de carreira, a fim de reestruturar a jornada de trabalho. As depoentes mencionaram como causa substantiva do desgaste que leva à doenças, a invasão do tempo e do espaço extraescolar, ocasionando a intensificação das atividades, o número excessivo de alunos por sala e por turno, a dobra de turno, geralmente em mais de uma escola, o volume intenso de trabalhos e responsabilidades que lhes são atribuídos, a falta de participação da família na vida escolar de seus filhos, a falta de trabalho coletivo na escola, falta de materiais e equipamentos para o desenvolvimento das atividades, as condições físicas precárias da escola; o trabalho solitário para atender diversas necessidades dos alunos; Os problemas de saúde identificados foram: sensação de intenso mal-estar generalizado; problemas vocais e auditivos, stress, dores nas articulações e coluna, intenso cansaço, desânimo, irritabilidade, depressão, tremura, tique nervoso, sedentarismo, esgotamento, problemas gástricos, respiratórios, lapsos de memória. A investigação confirma a tese sobre os efeitos negativos das precárias condições de trabalho das professoras deixam-nas fragilizadas, cansadas, infelizes e sem perspectivas. Aliado a todos os fatores emocionais os professores ainda são vítimas de diversas enfermidades e transtornos psíquicos.

1- Introdução

A partir das reformas educacionais ocorridas nos anos 90, as discussões sobre o trabalho docente no Brasil, tem sido mais explorada e investigada, sendo objeto de estudos e pesquisas de diversos intelectuais e pesquisadores, que enfatizam o quanto a intensificação e as más condições do trabalho docente, tem impactado a saúde dos docentes.

As pesquisas revelam que a falta de condições adequadas ao trabalho docente, fazem com que os professores a tenham problemas de saúde tanto de ordem física como psíquica. Assim, o presente estudo tem como objetivo apresentar resultados de uma pesquisa, que analisou como a intensificação e as condições de trabalho de professoras da educação básica. Percebemos que a sobrecarga de trabalho ocasiona o desgaste físico e psicológico e isso tem colaborado para a grande desmotivação e a falta de entusiasmo pela profissão.

Problematizar questões afetas à profissão docente é uma tentativa de compreender como se apresentam as condições para que os professores desenvolvam suas atividades laborais. Essa é uma questão importante que determina o tipo de ensino a ser ministrado e a conseqüente aprendizagem dos alunos.

A pesquisa, de natureza qualitativa, consiste em um estudo exploratório e descritivo sobre condições de trabalho e saúde docente. Para atingir o objetivo proposto utilizamos como instrumento metodológico a aplicação de entrevistas semiestruturadas com as docentes. A entrevista tem a finalidade de “construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (MINAYO, 2012, p. 64).

Foram entrevistadas 8 professoras do Ensino Fundamental em duas escolas da rede municipal da cidade de Ituiutaba-MG. Para a seleção das entrevistadas utilizou-se como critérios o tempo de exercício na profissão, e a faixa etária.

Para subsidiar as discussões feitas nesse estudo sobre as condições de trabalho dos docentes e os efeitos sobre sua saúde, utilizamos autores como Esteve (1999), Codo (2006), Oliveira (2003, 2004, 2005), Assunção (2010), Assunção e Oliveira (2009), Gasparini, Barreto e Assunção (2005), entre outros.

2- Trabalho, condições e saúde do professor: nos moldes da intensificação.

O trabalho docente tem se caracterizado cada vez mais como um campo de lutas pela conquista de direitos. Lutas estas que têm sido marcadas pela reivindicação de novas políticas que contemplem as reais necessidades da classe de trabalhadores da educação, em especial no tocante à promoção da saúde e qualidade de vida. Problematicar questões afetas à profissão docente é uma tentativa de compreender como se apresentam as condições para que os professores desenvolvam suas atividades laborais. Essa é uma questão importante que determina o tipo de ensino a ser ministrado e a conseqüente aprendizagem dos alunos.

Um fator que tem refletido no crescente descaso com a docência é o que o Enguita (1991, p. 41), discute que se refere ao binômio profissionalização/proletarização. A profissão docente diferente das demais não possui autonomia no trabalho, ou seja, os professores não têm controle sobre os resultados de sua atividade não. A desvalorização e a falta de conhecimento fazem com que a profissão docente não se encaixe no rol das profissões de maior prestígio social. Assim, “os docentes encontram-se submetidos a processos cuja tendência é a mesma para a maioria dos trabalhadores assalariados: a proletarização”.

Para Oliveira e Assunção (2010) as condições de trabalho não se restringem ao que acontece no local de trabalho, ou ainda a organização do trabalho em si, mas refere-se também às relações de emprego. “As condições de trabalho se referem a um conjunto que inclui relações, as quais dizem respeito ao processo de trabalho e às condições de emprego (formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade)”.

Segundo Oliveira (2004, p.24), as reformas educacionais ocorridas nas três últimas décadas, induziram à reestruturação do trabalho docente com a prevalência de ações e orientações pedagógicas com características empresariais e tratar a educação como uma mercadoria a ser fornecida, visando como toda e qualquer empresa, resultados quantitativos e sujeitos a avaliações e comparações de desempenho de acordo com o produto final obtido.

Assunção e Oliveira (2009, p. 351) afirmam que nas duas últimas décadas o Brasil, tem promovido a busca pela equidade social, assim criaram-se políticas públicas que visaram a universalização do ensino fundamental, ampliação do ensino médio e

atendimento as creches e pré-escolas. Essas mudanças ocorridas a partir da década de 90 tem demandado maior autonomia das escolas, implicando na “responsabilização da gestão escolar pela adoção de critérios de eficácia, produtividade e excelência”, assim “a democratização do acesso à escola dá-se ao custo da massificação do ensino”.

Essas modificações no sistema educacional trouxeram maiores demandas para escola e conseqüentemente a intensificação do trabalho docente. Assim percebe-se que as políticas públicas criadas modificaram fortemente o funcionamento da escola, trazendo novas formas de ensinar e avaliar, o que por sua vez repercutem diretamente no trabalho docente, exigindo uma demanda maior de tempo para as novas organizações. Mas, em contra partida elas não propuseram uma melhoria nas condições de trabalho dos professores. Garcia e Anadon (2009, p. 71) definem a intensificação do trabalho docente como:

(...) resultado de uma crescente colonização administrativa das subjetividades das professoras e das emoções no ensino, sendo indícios desse fenômeno a escalada de pressões, expectativas, culpas, frustrações, impelidas burocraticamente e/ou discursivamente, em relação àquilo que as professoras fazem ou deveriam fazer, seja no ambiente escolar ou mesmo fora da escola.

Nesse mesmo contexto, entende-se que as regulamentações contribuem para o aumento das exigências e ocasionam a perda de autonomia profissional, desqualificando conseqüentemente exercício do educador. Com base nas reflexões Enguita (1991, p. 48) adverte:

As regulamentações que recaem sobre o docente não concernem somente ao quê ensinar, mas também, amiúde, e como ensinar. Em todo caso, qualquer coisa não pode ser ensinada de qualquer maneira, de modo que, ao decidir o conteúdo, as autoridades escolares limitam também a gama de métodos possíveis. Mas, além disso, sobretudo as autoridades das escolas, podem impor aos educadores formas de organizar as turmas e outras atividades, procedimentos de avaliação, critérios de disciplinas para os alunos, etc.

A grande cobrança por índices de desenvolvimento dos alunos faz com que os docentes sejam obrigados a fazer de tudo para que os seus alunos possam obter bons resultados nas avaliações de larga escala. Esses fatores geram desgastes físicos e

psicológicos e faz com que muitos tenham problemas de saúde podendo ser: vocais, osteomusculares, depressão, estresse, entre outros.

Oliveira (2004, p.24), ressalta que as reformas educacionais, induziram à reestruturação do trabalho docente com a prevalência de ações e orientações pedagógicas com características empresariais e tratar a educação como uma mercadoria a ser fornecida, visando como toda e qualquer empresa, resultados quantitativos e sujeitos a avaliações e comparações de desempenho de acordo com o produto final obtido. A visão que foi introduzida da escola com princípios de empresa, com a forte influência das políticas neoliberais, tem enfatizado a educação como algo meramente técnico e instrumental, que visa a produtividade. E por isso as exigências por bons desempenhos dos alunos, têm sido cobradas exacerbadamente dos docentes.

Todas essas mudanças têm sobrecarregado dos professores, pois elas fizeram com que o trabalho docente já não seja mais definido apenas como atividade em sala de aula, mas demanda compreender e participar de atividades que se referem ao planejamento, elaboração de projetos, currículos, avaliações internas e externas, reuniões, entre outros, na intenção de rever habilidades e competências levando em conta as exigências do sistema. “Pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho de grupo, [...] que cuide do equilíbrio psicológico e efectivo dos alunos, da integração social e da educação sexual, etc. [...] (ESTEVE, 1999. p. 100).

Como demonstra a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB), o trabalho do professor extrapola os muros da sala de aula, o que constitui-se com um excesso de responsabilidades:

Art. 13º. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 1996).

Para além do da sobrecarga de trabalho que gera a intensificação, o professor ainda sofre o processo de autointensificação denominado por Hypolito, Vieira e Pizzi (2009, p. 109), como o conjunto de fatores subjetivos de formação do indivíduo como consumidor, que discursivamente e consensualmente o tornam responsável pela sua própria formação, “pela sua empregabilidade, que deve se autoadministrar, não numa perspectiva autogestionária, mas numa perspectiva individualizada de autoadministração”.

As formas de organização do seu tempo, o desenvolvimento de suas ações, os meios que vai utilizar para buscar a formação continuada e assim atualizar seus conhecimentos são imputadas ao professor como formas assumidas de responsabilidade. Para Landini (2006), o professor, diante das variadas funções que assume na escola tem que responder às exigências que estão além de sua formação. Na maioria dos casos esses profissionais da educação acabam desempenhando funções que não fazem parte do seu trabalho de ensinar, ligadas a obrigações sociais que extrapolam o âmbito da sala de aula.

O docente se encontra a cada dia mais envolvido em inúmeras situações e atividades e para tanto precisa adaptar-se às novas demandas e a pressões externas que recebe das famílias, dos alunos, pelo seu ambiente de trabalho e principalmente das políticas regulatórias do sistema de ensino. De acordo com Oliveira (2005, p.769): “[...] os professores se vêm obrigados a desempenhar funções que estão além da tarefa educativa, do ato de ensinar. São compelidos, em dadas circunstâncias, a assumirem os papéis de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outros”.

Assim, o nível de exigência a que têm sido submetidos os professores expõe a profissão docente como uma das mais cobradas e criticadas da sociedade, como atestam Lüdke e Boing (2007, p. 1.188), “as críticas externas ao sistema educacional cobram dos professores cada vez mais trabalho, como se a educação, sozinha, tivesse que resolver todos os problemas sociais”. De acordo com Esteve (1999, p. 99) são distinguidos dois grupos de fatores para estudar a pressão que os docentes sofrem causadas pela mudança social, que são:

Chama-se *factores de primeira ordem* os que incidem directamente sobre a acção do professor na sala de aula, modificando as condições em que desempenha o seu trabalho, e provocando tensões associadas a

sentimentos e emoções negativas que constituem a base empírica do mal-estar docente.

Os *factores de segunda ordem* referem-se às condições ambientais, ao contexto em que se exerce a docência. Este segundo grupo de factores tem uma ação indireta, afectando a motivação e a implicação do professor.

Esses fatores acabam por responsabilizar os docentes pelas mazelas da escola pública e causa uma sobrecarga de trabalho e conseqüentemente a desmotivação, falta de ânimo e estresse. Esses fatores provocam também a crise da identidade docente, na qual o professor já não sabe mais qual é sua função, e o que deve fazer diante de tantas exigências.

São impostos aos docentes várias exigências como: qualidade no ensino oferecido, boa formação inicial e continuada e constante atualização na sua área de ensino; saber lidar com turmas numerosas e com diversas especificadas e necessidades trazidas pelos alunos, entre outros. A pressão dessas cobranças trás o adoecimento dos professores e por isso nos últimos anos tem constatando-se o grande afastamento de docentes nas escolas, por problemas de saúde decorrentes das precárias condições de trabalho que esse profissional é submetido.

De acordo com a pesquisa feita por Gasparini, Barreto e Assunção (2005) na qual foi analisado os dados da Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica (GSPM), foi constatado que esse órgão realizou 16.556 atendimentos de servidores da educação no período de maio de 2001 a abril de 2002, nos quais, 92% (15.243) dos atendimentos provocaram afastamento do trabalho. Foi verificado ainda que os afastamentos no grupo geral de servidores são concentrados na categoria dos professores, totalizando 84%.

Além da intensificação, a precariedade das condições de trabalho, acaba sobrecarregando os docentes, contribuindo para o desgaste físico e psicológico que eles vêm sofrendo no seu ambiente de trabalho. Pois, espera-se que os professores sejam capazes de garantir bom desempenho dos alunos, mas não são fornecidos recursos e condições favoráveis para atingir tal objetivo. Ele é obrigado a procurar seus próprios recursos e isso traz uma sobrecarga de tarefas e conseqüentemente problemas de saúde que irão se agravar com o tempo.

As condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar podem gerar sobreesforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas. (GASPARINI, BARRETO e ASSUNÇÃO, 2005, p. 192).

Para Oliveira e Assunção (2010) a referência às condições de trabalho não se restringem ao que acontece no local de trabalho, ou ainda a organização do trabalho em si, mas refere-se também às relações de emprego. “As condições de trabalho se referem a um conjunto que inclui relações, as quais dizem respeito ao processo de trabalho e às condições de emprego (formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade)”.

As atividades docentes vão para além das que são exercidas em sala de aula, elas invadem a vida particular dos professores, pois muitas vezes eles levam trabalho para a casa. Passam à noite, os fins de semana e as férias, fazendo planejamento, corrigindo provas, preparando aulas, deveres de casa, materiais pedagógicos. (TARDF e LESSARD, 2009).

A intensificação do trabalho docente, aliada às diversas tarefas que o professor desempenha e às péssimas condições do ambiente em que trabalha, acaba prejudicando a qualidade do ensino ministrado, já que o docente não tem tempo para se dedicar exclusivamente à sala de aula. Como demonstra Assunção e Oliveira (2009), um fator que reflete no plano qualitativo é a superlotação das salas de aulas, o que inviabiliza que a execução de um bom trabalho e faz com que o professor desconsidere as necessidades e individualidades do aluno.

A indisciplina dos alunos é outro fator que interfere na qualidade do trabalho do professor, gerando muitas vezes um excessivo desgaste físico e psicológico. Assim como a falta de material didático e de apoio pedagógico, baixos salários, entre outros. Para Antunes (2002), um aluno indisciplinado é aquele que não possibilita ao educador chances para desenvolver sua prática, impedindo que este desperte em seus alunos suas potencialidades.

Os docentes têm sido obrigados a suportar situações que desprestigiam seu trabalho e isso tem provocado a falta de motivação e desinteresse pela profissão, o que contribui ainda mais para a desvalorização do docente e para o agravamento dos problemas de saúde.

Tardif e Lessard (2009, p. 114) afirmam que os vários fatores que provocam a sobre carga de trabalho dos professores, geram uma “carga mental” de trabalho, que resulta de dois fatores complementares:

A natureza das exigências objetivamente exercidas pela tarefa e as estratégias adotadas pelos atores para adaptar-se a elas. Essas estratégias podem gerar um esgotamento quando professores não controlam seu ambiente de trabalho e se veem submetidos, por exemplo, a mudanças repentinas no número de alunos, uma redução dos recursos disponíveis, etc.

Pesquisas como de Codo (2006) e Esteve (1999) abordam a saúde do professor e apontam que os problemas emocionais como estresse e a síndrome de burnout são consequências do desgaste diário ao qual o professor se submete no relacionamento com seus alunos. Além da sobrecarga de trabalho burocrático, a precarização do trabalho docente, a perda de autonomia, o contexto socioeconômico e as condições de vida dos alunos aparecem como os principais fatores que afetam professores.

Assunção (2010) ao definir o conceito de adoecimento enumera os diversos fatores que colocam em risco a saúde dos professores, que se dividem em dois grupos: fatores relacionados às condições estruturais, fatores externos ligados à intensificação de suas atividades de trabalho, assim como a cobrança e responsabilização e fatores sociais como situações de conflito a que são submetidos.

A exposição às condições de trabalho desfavoráveis está associada ao adoecimento dos docentes. Fatores ambientais e fatores organizacionais são considerados riscos à saúde. No primeiro grupo, figuram as condições do espaço físico, as condições de iluminação, as condições sonoras e climáticas, e a segurança geral do ambiente. No segundo grupo, estão incluídos os seguintes fatores: (1) volume de trabalho que pode explicar modos operatórios ou escolhas visando a regular número de tarefas e tempo necessário para realizá-las; (2) pressão temporal que pode explicar aceleração do sujeito, a fim de cumprir as metas nos tempos estabelecidos com repercussões sobre o seu funcionamento nas esferas físicas e mentais; (3) exposição às situações conflituosas, agudas, por vezes perigosas e, frequentemente, convocando intervenções de proteção social que ultrapassariam intervenções individualizadas para convocar ações a longo prazo.

Dentre os males responsáveis pelo adoecimento dos professores consta a Síndrome de Burnout também conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional,

afeta principalmente trabalhadores da área de saúde, segurança e educação, porque são funções de grande responsabilidade e que lidam diretamente com outras pessoas, particularmente quando elas estão com problemas ou preocupadas.

Desse modo, as condições desfavoráveis de trabalho intensificado e a insatisfação justificam o perfil de morbidade dos professores que ocasionam o que Esteve (1999) define como “mal-estar docente”.

A expressão mal-estar docente descreve os efeitos de caráter negativo que afetam a personalidade do professor. Passam a manifestar sentimentos negativos intensos, frieza perante as dificuldades dos outros e uma postura desumanizada. Esteve (1999) classifica em dois pontos a causa do mal-estar docente: a) fatores primários (aspectos que agem diretamente sobre a ação do professor em sala de aula, gerando tensões e sentimentos negativos) e b) fatores secundários (condições de trabalho que agem indiretamente sobre a imagem do professor). O mal-estar resulta no “ciclo degenerativo da eficiência do docente”.

As condições de trabalho dos docentes geram uma sobrecarga e uma hipersolicitação em suas funções psicológicas e como os professores não têm muito tempo livres, estes também exercem funções extraescolares como elaboração de planos de aula, correção de atividades, ajustes de documentos como diários, boletins dentre outros, os mesmos não têm muito tempo para sua recuperação psicológica e com resultado dessa falta de tempo são desencadeados precipitadamente sintomas clínicos que afastam o professor de sua função. Com uma rotina tão intensa fica impossível aperfeiçoar, refletir criticamente sua prática Pedagógica, ter momentos de lazer, cuidar da saúde, o que traz uma queda considerável na qualidade da aula ministrada.

Além disso, não é só a falta de tempo para a recuperação psicológica que acarreta afastamentos na função de professor, alguns agentes estressores como a infraestrutura inadequada, a indisciplina, a falta de preparo profissional (projetos para qualificação profissional) para atender as novas demandas e a desvalorização profissional, causam nos docentes sentimentos como desilusão, frustração e ansiedade e esses sentimentos também vão desencadear sintomas psicológicos que causam afastamento.

Dentre os principais diagnósticos de afastamentos dos docentes estão transtornos psíquicos como depressão, estresse, ansiedade, doenças do aparelho respiratório,

doenças do sistema osteomuscular e doenças do tecido conjuntivo. Conforme dados do INSS, entre os trabalhadores do mercado formal, os transtornos mentais já ocupam o terceiro lugar entre as causas de concessão de benefício previdenciário como auxílio doença, afastamento do trabalho por mais de 15 dias e aposentadoria por invalidez (SOUZA e LEITE, 2011).

3- Condições do trabalho e saúde docente: o que dizem as professoras

11

No que concerne às condições de trabalho e saúde docente, sabe-se que estes não são encargos fáceis no cotidiano do educador. Os estudos teóricos realizados nesta pesquisa, em consonância com a análise dos dados coletados, evidenciam a necessidade de se pensar significativas mudanças nas relações de trabalho dos professores, que passa pela sua valorização, melhores salários, plano de carreira, a fim de reestruturar a jornada de trabalho, de modo que o professor não tenha necessidade de dobrar ou triplicar turno para garantir o sustento de sua família e conseqüentemente evitar o desgaste físico e mental, como argumenta Migliavacca (2010),

(...) os processos de intensificação do trabalho, ou seja, a progressiva destinação de novas cargas – associadas, entre outras causas, ao aumento do número de alunos por sala, à delegação de tarefas de programação e gestão de recursos, ou à ampliação das tarefas de tipo assistencial –, contribuíram para incrementar o tempo de trabalho extraclasse que historicamente tem permanecido invisível na remuneração da jornada de trabalho

Ao ouvirmos as professoras constatamos que as condições de trabalho a que são submetidas vêm ao encontro do que trouxe a exposição das referências teóricas. As professoras em geral vivem cansadas diante de tantas atividades que a função requer, o excesso de tarefas tem causado um esgotamento físico e intelectual. Além das atividades diárias que exercem dentro da sala de aula (diários, planos de aula, fichas avaliativas, formulários, indisciplinas, violência, demanda de pais de alunos, bombardeio de informações, entre outros), ainda levam serviços para casa, como elaboração de atividades, provas, trabalhos, correções, testes, projetos e etc.

As depoentes mencionaram como causa substantiva do desgaste que leva ao adoecimento, a invasão do tempo e do espaço extraescolar, ocasionando a intensificação

das atividades no final dos bimestres e do ano, o número excessivo de alunos por sala e por turno, o fato de trabalharem em mais de uma escola, o volume intenso de trabalhos e responsabilidades que lhes são atribuídos, a falta de participação da família na vida escolar de seus filhos, a falta de trabalho coletivo na escola, falta de materiais e equipamentos para o desenvolvimento das atividades, as condições físicas precárias da escola; o trabalho solitário para atender diversas necessidades dos alunos. Como destaca uma das professoras envolvidas: “Muita coisa deveria ser mudada, o tradicionalismo ainda está muito presente nas escolas. Sem falar nas condições que são péssimas! Faltam materiais, salas cheias, pais ausentes, equipes de professores e gestores desunidas”. (Professora D).

Pensado em tais apontamentos sobre o trabalho que realizam, as professoras entrevistadas relataram impasses na condição e ofício docente.

As condições de trabalho não respondem as minhas expectativas porque quando cheguei nesta escola me deparei com um quadro que estava todo quebrado nas bordas e que os alunos me reclamavam muita dificuldade de leitura por conta escrita de giz no quadro e por causa de reflexo por conta das janelas abertas para ventilação; o armário que até hoje eu não tenho a chave dele, eu não posso colocar nada ali porquê de acordo com a escola e também do que eu já ouvi falar, as pessoas mexem. Não posso guardar brinquedos e se eu quiser trabalhar com brinquedos tenho que trazer de casa. Eu me deparei com esta realidade aqui, conversei com a diretora e ela me disse que a escola não tinha recursos e pra você ver, estamos em novembro e só agora chegou papel colorido, folha A4, lápis, chegou papel A4. Tivemos o ano inteiro e só agora chegaram os materiais para trabalhar. Muitas vezes se o professor quer fazer alguma coisa tem que tirar do bolso. (Professora E)

Hoje infelizmente o exercício da docência está sendo uma tarefa difícil. A gente se depara muito com salas numerosas, indisciplina dos alunos, falta de espaço físico. Se eu quero usar o Datashow tenho que montar e desmontar, guardar... Então logo os meus 50 minutos vão embora. Se eu tenho cinco horários são vezes o mesmo procedimento. O laboratório é pequeno e ainda falta os materiais. Quer dizer, os que a gente precisa e não têm. (Professora F).

Compreendemos a partir dos depoimentos que a falta de condições físicas e de materiais necessárias para o bom desempenho do trabalho, as professoras assumem tarefas que vão além da tarefa de ensinar. Acumular essas funções extras levam todas as professoras a reconhecerem que a sala de aula e as condições de ensino agravam a sua situação de doença, ou compromete a saúde. Como ressalta Assunção e Oliveira

(2009), o processo da intensificação provoca a degradação do trabalho não só em termo de qualidade da atividade, mas também da qualidade do bem ou do serviço produzido.

A falta de recursos generalizada aparece, em diferentes trabalhos de investigação, como um dos factores que fomentam o mal-estar docente. De facto, os professores que encaram a renovação pedagógica do seu trabalho veem-se, frequentemente limitados pela falta de material didáctico necessário e de recursos para adquiri-lo [...] (ESTEVE, 1999 p. 106).

Tais condições de trabalho e os efeitos que elas causam na saúde do professor é um tema que exige reflexão, puderam-se observar através de pesquisas níveis alarmantes de afastamentos em decorrência de doenças psíquicas, do aparelho respiratório, do sistema osteomuscular, do tecido conjuntivo, entre outras.

As professoras demonstraram certa culpa por ficarem doentes, sejam por males físicos, emocionais ou psicológicos. Segundo elas, o adoecimento dos docentes traz consequências negativas para a sala de aula, sendo os alunos os maiores prejudicados desse processo. Revelaram também que a secretaria municipal de educação adotou um rígido controle de licenças de saúde que dificulta ainda mais. “Aqui a gente recebe pressão de todos os lados, trabalha pra morrer e mesmo morrendo temos que vir para a sala de aula, porque nem temos direito a um substituto. Várias vezes tive que vir dar aula sendo que o corpo e a mente só queriam descansar” (Professa A)

O aumento da pressão sobre as professoras aliado à intensa sobrecarga de trabalho, sem o devido reconhecimento de sua profissão, constitui-se no exercício de uma profissão proletarizada. A tendência é que o professor seja chamado cada vez mais a exercer funções complexas e sem o suporte necessário, como adverte as autoras:

Embora o sucesso da educação dependa do perfil do professor, a administração escolar não fornece os meios pedagógicos necessários à realização das tarefas, cada vez mais complexas. Os professores são compelidos a buscar, então, por seus próprios meios, formas de requalificação que se traduzem em aumento não reconhecido e não remunerado da jornada de trabalho. (GASPARINI, BARRETO e ASSUNÇÃO, 2005, p.191)

Preocupações como essas, relacionadas à intensificação e precarização da categoria de trabalhadores na educação, que direta ou indiretamente contribuem para os

possíveis problemas de saúde que tem afetado de modo significativo nos últimos anos, essa classe.

Com base na pesquisa realizada, identificou-se com aproximadamente 80% das respostas, problemas de saúde identificados como: sensação de intenso mal-estar generalizado; problemas vocais e auditivos, stress, dores nas articulações e coluna, intenso cansaço, desânimo, irritabilidade, depressão, tremura, tique nervoso, sedentarismo, esgotamento, problemas gástricos, respiratórios, lapsos de memória.

No que diz respeito aos problemas vocais, auditivos verificamos que:

(...) hoje os alunos, eu não falo todos mais a maioria só obedece se o professor gritar dentro da sala de aula. São os mesmos não prestam atenção e para o professor é um desgaste muito grande, tanto vocal como auditivo. Nesse aspecto prejudica. (Professora B)

(...) o professor tende a falar muito porque na sala de aula gente está em todo momento comunicando com os alunos, está dialogando, está falando e às vezes a gente tem que alterar a voz para conseguir disciplina em determinados combinados que eles saem fora. Eu já vi professores que ficam com tique de tão nervoso e depois de 20 anos de trabalho sai da sala de aula e fica tremendo e também já vi professora que fica sem voz. Tive uma colega de pós-graduação que não saía nada, ela falava sussurrando, não saía voz nela. Isso tudo foi decorrente de todos os anos que ela trabalhou. Eu trabalho só meio período, não trabalho os dois, mas deve ser mais desgastante ainda né? A possibilidade de o professor ficar doente é muita, ficar exausto, deprimido, pelas condições de trabalho e pelas dificuldades que encontra. Entendeu? Então, isso acontece. (Professora E).

Os depoimentos das professoras atestam que se submetem a condições exaustivas de trabalho. Os problemas vocais estão relacionados principalmente no que se refere as superlotações das salas e a indisciplina dos alunos. Assunção (2009, p. 362) comprova essa questão quando diz: “O uso de recursos dependentes da qualidade vocal para manifestar sua autoridade e exercer influência na relação com seus alunos pode levar à hipersolicitação vocal”.

Além dos problemas vocais, outros males também recaem sobre as professoras e que interferem sobremaneira no exercício de sua profissão:

Ser professor não é fácil como muitos pensam né? Gosto muito do que faço, mas claro tem hora que fico muito estressada e tenho que tomar remédios, além do cansaço que tenho e o que mais incomoda é o não reconhecimento da nossa profissão isso que faz agente desanimar. (Professora C)

A maioria dos professores trabalha em dois cargos e isso prejudica muito a saúde, pois o cansaço e o stress são maiores, falta de tempo para lazer, família e etc. Professor não trabalha apenas na escola, ele leva o serviço todo para casa e isso vai desgastando. (Professora D)

Como eu trabalho em dois cargos não sobra tempo para praticar uma atividade física e isso acaba afetando a minha saúde sim. Porque aula de manhã, aula à tarde, aula à noite... e difícil. Depende das turmas, que a gente trabalha também, tem turma que exige mais da gente, na atenção e a parte de disciplina. Então você acaba ficando estressada e sobrecarregada. (Professora F)

15

A investigação confirma a tese sobre os efeitos negativos das precárias condições de trabalho dos professores deixam-nos fragilizados, infelizes e sem perspectivas, conforme argumenta Oliveira e Assunção (2010) “(...) o trabalho docente pode ser visto como repleto de sentido porque seu objeto é, antes de tudo, relação humana. E como toda atividade de trabalho deveria promover satisfação a quem o realiza, quando isso não ocorre, temos docentes insatisfeitos com o seu trabalho”.

O professor, extenuado no processo de intensificação do trabalho, tem a sua saúde em risco constante e está bastante suscetível ao adoecimento. Pode-se supor, ainda, que a hipersolicitação em regime de urgência o teria levado a ultrapassar ou a deixar de reconhecer o seu próprio limite, expondo-o a maiores riscos. Aliado a todos os fatores físicos e emocionais, os professores ainda são vítimas de diversas enfermidades e transtornos psíquicos.

4- Algumas considerações

O trabalho docente tem sido diariamente impactado por mudanças políticas e novas formas de organizações escolares que tem sobrecarregado o educador de novas tarefas e demandas complexas que chegam sem ao menos ter uma formação, instrução, condição e subsídio para isso. O professor tem se desdobrado para realizar suas tarefas, sendo submetido ao sofrimento agregado ao adoecimento físico, e carregado de sobrecargas latentes na execução de um trabalho de excelência.

Além disso, as ações pedagógicas são arraigadas por mecanismos estratégicos de controle, pois ao longo da história foi se constituindo uma cultura escolar orientada por

um currículo organizado objetivando direcionar essas ações dos professores submetidas pelo controle e regulação. Evidenciamos que condições precárias de trabalho muitas vezes realizado em ritmo intenso afeta sobremaneira a saúde física e psíquica dos professores.

As depoentes mencionaram como causa substantiva do desgaste que leva à doenças, a invasão do tempo e do espaço extraescolar, ocasionando a intensificação das atividades, o número excessivo de alunos por sala e por turno, a dobra de turno, geralmente em mais de uma escola, o volume intenso de trabalhos e responsabilidades que lhes são atribuídos, a falta de participação da família na vida escolar de seus filhos, a falta de trabalho coletivo na escola, falta de materiais e equipamentos para o desenvolvimento das atividades, as condições físicas precárias da escola; o trabalho solitário para atender diversas necessidades dos alunos;

Os problemas de saúde identificados foram: sensação de intenso mal-estar generalizado; problemas vocais e auditivos, stress, dores nas articulações e coluna, intenso cansaço, desânimo, irritabilidade, depressão, tremura, tique nervoso, sedentarismo, esgotamento, problemas gástricos, respiratórios, lapsos de memória.

Embora esse estudo tenha sido de caráter exploratório nos permitir evidenciar que quanto maior o volume e a extensão no tempo de trabalho das professoras, mais acentuadas foram as queixas de comprometimento da saúde.

As questões relativas à saúde são pouco consideradas nas escolas pelas professoras, embora tenham apresentado queixas, o hábito de cuidar dos outros faz com que elas se esqueçam de cuidar de si mesmas, do seu bem estar. Apenas quando um problema se agrava é que elas se atentam para a sua existência. Mesmo diante de um problema de saúde instalado as professoras sentem dificuldade de relacioná-lo com o seu trabalho e a doença passa a ser vivenciada de forma isolada ou uma dificuldade pessoal. O processo de adoecimento docente, associado à determinada configuração do trabalho, ainda carece de ser construído em termos de categoria profissional.

A falta de reconhecimento por parte da escola e, sobretudo das políticas educacionais quanto à importância de se considerar essa questão tem gerado maior consequência na manutenção de situações prejudiciais à saúde, o que, por sua vez, colabora para o aumento do adoecimento na categoria e para o abandono da profissão.

A investigação confirma a tese sobre os efeitos negativos das precárias condições de trabalho das professoras deixam-nas fragilizadas, cansadas, infelizes e sem perspectivas. Aliado a todos os fatores emocionais os professores ainda são vítimas de diversas enfermidades e transtornos psíquicos.

5- Referências

ANTUNES, Celso. Professor Bonzinho = aluno difícil. A questão da indisciplina em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2002.

ASSUNÇÃO, A. A. Intensificação do trabalho docente e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, Campinas, vol 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009

_____. Adoecimento. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 44, p. 19-32, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 20 dez. 1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. 4^a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza(org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**, v. 4, p. 41-61, 1991.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC,1999.

ESTEVE, José M. Mudanças Sociais e Função Docente. In: António Nóvoa (org).**Profissão Professor**. Tradução de: Irene Lima Mendes, Regina Correia e Luísa Santos Gil. Portugal: Porto Editora, 1999.

GASPARINI, S.M.; BARRETO, S.M.; ASSUNÇÃO, A.A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GIROUX, H. A educação de professores e a política da reforma democrática In: **Os professores como intelectuais: rumo à Pedagogia Crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997, p. 195-212.

HYPOLITO, M. A. VIEIRA, J. S. PIZZI, L. C. V. Reestruturação Curricular e Autointensificação do Trabalho Docente. Currículo sem Fronteiras [online], vol.09, n.2, p. 100-112,2009.

LANDINI, S. R. Professor, Trabalho e Saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador-professor. **VI Seminário da Redestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente-UERJ – Rio de Janeiro – RJ** 6 e 7 de 2006.

LÜDKE, M.; BOING, L.A. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1179-1201, 2007.

OLIVEIRA, D. A. **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**, São Paulo, Autêntica, 2003

_____. A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização. Campinas, **Educ. Soc.**, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004

_____. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial - Out. 2005

SOUZA, A. N; LEITE, M. de P.. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, 2011.

TARDIF, M. LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Tradução de João Batista Kreuch. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.